

# PRETO OU PARDO? A SUBJETIVIDADE DO NEGRO NÃO RETINTO NO AMAPÁ

## BLACK OR PARDO? LIGHTSKINED BLACK PEOPLE'S SUBJECTIVITY IN AMAPÁ.

Emilly Carvalho Rodrigues<sup>1</sup>, Daniela dos Santos Azevedo<sup>1</sup>, Livia Cristinne Arrelias Costa<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Bacharela em Psicologia pelo Instituto Macapaense do Melhor Ensino Superior - IMMES. Macapá-AP

<sup>2</sup>Psicóloga e Mestra em Teoria e Pesquisa do Comportamento - UFPA. Especialista em Psicologia Clínica - Gestalt-terapia (CCGT).  
Doutoranda em Psicologia - UFRJ

### Resumo

**Palavras-chave:** Subjetividade, Negros, Amapá

As relações raciais no Brasil historicamente têm se dado através de relações de poder entre grupos raciais, no qual o ideal a ser seguido é o branco-europeu. Logo, é comum pessoas negras desejarem tornar-se brancas e negros não retintos a não se compreenderem como negros, por se perceberem racialmente mais próximos da branquura. Deste modo, o presente estudo buscou identificar como se constrói a subjetividade de negros não retintos no estado do Amapá. A pesquisa foi de cunho exploratório, utilizando-se para a coleta de dados o método bibliográfico, sendo incluídos na análise artigos científicos, dissertações e monografias. Para tratamento analítico utilizou-se da análise de conteúdo. Os resultados demonstraram a escassez de pesquisas alinhadas à temática proposta numa perspectiva regional, dificultando ou mesmo impedindo a visibilidade sobre este assunto. Portanto, conclui-se que há uma necessidade de realizar pesquisas no campo da psicologia social e questões raciais que permeiam o campo da subjetividade de pessoas negras não retintas a partir de um recorte local, buscando compreender os processos regionais que implicam na produção dessas subjetividades.

### ABSTRACT

**Keywords** Subjectivity; black people; Amapá

Racial relations in Brazil have been being constructed by power relations among racial groups, in which the ideal to be followed is the white-European one. Thus, it is common for some black people to wish to become white, and for light-skinned black people not to understand themselves as black, because they understand their identity closer to the whiteness. Thereby, this research sought to identify how light-skinned black people's subjectivity is constructed in Amapá. This research is characterized by exploratory nature, using the bibliographic method for the collection of data, including scientific articles, dissertations and monographs. Content analysis was used to execute the analysis. The results demonstrated a lack of researches related to this thematic proposed in a regional perspective, hindering or even preventing visibility on this subject. Wherefore, we conclude there is a necessity to make researches in the field of social psychology. It is important to consider racial issues that permeate light-skinned black people's subjectivity in a local perspective, trying to comprehend regional processes which influence these subjectivities construction.

## INTRODUÇÃO

Com base nos dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado em 2010, 74,4% da população no Amapá se autodeclara pardos(as) e 4,5% se autodeclara pretos(as) (CUSTÓDIO, 2016). É importante pontuar que para o IBGE, pardos são considerados indivíduos gerados a partir da união entre pretos e brancos, sendo integrados também, indígenas e seus descendentes (PIZZA, ROSEMBERG, 1999). Portanto, a compreensão de “pardo” nem sempre pode estar atrelada ao se perceber negro, porém há uma ausência em produções científicas dessas diferenças analíticas.

As relações raciais no Brasil historicamente têm se dado através de relações de poder em diferentes lugares de dominação entre grupos raciais. De acordo com Almeida (2019), o racismo é uma discriminação sistemática que tem a raça como base, sendo manifestado através de mecanismos conscientes e inconscientes que decorrem em desvantagens ou privilégios para determinados grupos. Deste modo, a

socialização tem o racismo como uma forte variável, já que o mesmo é estruturante das relações sociais. Portanto, indivíduos fenotipicamente negros são considerados inferiores, enquanto aqueles que se apresentam como brancos são superiores e representam o ideal a ser seguido, decorrendo no branqueamento.

Para Jesus e Costa (2017) o racismo, além de provocar situações objetivas de desigualdades (desempregos, evasão escolar etc.), age também na subjetividade, uma vez que os aspectos negativos objetivos acabam por perpassar o campo psíquico das pessoas negras e produzir subjetividades. Assim este estudo buscou possibilitar a compreensão do processo de subjetivação do negro não retinto e os empecilhos para que o mesmo se perceba como parte deste grupo, já que ser negro e se perceber negro resulta de um processo de identificar-se como diferente e essa diferença ocorre através do branco como referencial, e historicamente negros não retintos tem acessos a lugares que retintos não possuem, sem, contudo, acessar as garantias de pessoas brancas, criando a falsa ideia de aceitação.

A temática referida originou-se a partir de discussões e reflexões das discentes acerca do assunto, no qual houve inquietações sobre como é constituída a subjetividade de indivíduos negros não retintos, levando em consideração que muitos deles não se sentem pertencentes à população negra por se caracterizarem como "pardos", acreditando estar mais próximo da brancura. Todavia, não percebem as opressões que sofrem e muitas vezes acabam disseminando e reproduzindo comportamentos racistas, sem estarem livres de sofrer, também, as violências do racismo.

Portanto o estudo pretende apresentar reflexões que possibilitem uma melhor compreensão acerca desta variável através de uma perspectiva social e poderá auxiliar em pesquisas futuras e na construção e desenvolvimento de ações e práticas interventivas para com esta população, a fim de suscitar a consciência racial. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a análise ocorreu através da análise de conteúdo e o método utilizado foi a pesquisa exploratória. Os resultados encontrados mostram que não há produções acadêmicas voltadas para os objetivos do presente estudo, evidenciando a importância de se realizar investigações científicas sobre a realidade regional.

## **NEGRITUDE E RACISMO NO BRASIL**

A questão racial no Brasil com ênfase na negritude é historicamente compreendida a partir do período colonial no qual houve a escravização de indivíduos oriundos do continente africano. De acordo com Souza (1983), ao tornar o africano em escravo, foi delineado o negro como raça, definindo o seu lugar na sociedade, à maneira do mesmo ser tratado e de tratar os padrões das relações com os brancos e a relação da negritude com a posição social inferior.

Para Almeida (2019), o termo raça surge na modernidade para remontar o século XVI, no qual emerge como dispositivo utilizado para classificar indivíduos imbuídos de mecanismos como poder, conflitos e decisão, sendo um conceito relacional e histórico. Deste modo tem-se a concepção do homem universal (europeu) e a inferiorização de todos os povos e culturas que não compartilhavam do mesmo ideal. Portanto, a classificação de humanos serve como uma tecnologia colonial europeia com o intuito de tornar as mortes e destruições do colonialismo/escravidão como inseparáveis da sociedade contemporânea.

Segundo Nascimento (1978), no Brasil, é a escravização que define a relação física e espiritual dos indivíduos (nativos, africanos e europeus) que se encontravam e confrontavam-se no objetivo de construir um novo país. Neste período tem-se o trabalho forçado nos engenhos de açúcar, nas lavouras de café e na mineração, exercido através da extrema violência que tentavam ocultar internacionalmente. Na realidade os africanos escravizados eram geralmente submetidos a punições e torturas que resultaram ou em ferimentos e deformidades ou em morte, além das deformações físicas originadas pelo excesso de trabalho pesado, o alto número de mortalidade infantil entre a população negra e o abandono de escravizados que não eram mais considerados úteis ao trabalho.

Contudo também houve resistência negra desde o início da colonização até a abolição da escravatura. Conforme Reis (1983), eles buscaram várias maneiras de recusa e protesto contra aquela condição imposta através de fugas, insurreição, revolta, sabotagem das produções, organizações quilombolas e até mesmo manifestações pacíficas, como o dançar e o cantar.

Com a transição da sociedade escravagista para o trabalho assalariado, esperava-se que o negro pudesse viver livre e em igualdade de direitos, porém a realidade foi diferente. Segundo Azevedo (1987), o processo de abolição da estrutura escravagista e a transição para o modelo assalariado se deu devido a pressões exercidas pela nação capitalista (Inglaterra) contra o tráfico negreiro na África e a necessidade do novo país de uma nova herança, e também pelo medo decorrente da revolução de São Domingos, no Haiti, onde negros proclamaram a sua independência em 1804 e colocaram em prática os princípios da Revolução Francesa, desencadeando em prejuízos fatais a senhores de escravos, suas famílias e propriedades.

A autora explica que esse período foi tomado inicialmente pelo ideal de domesticação dos escravizados, já que os mesmos eram considerados não civilizados, para que pudessem aprender a lidar com a futura liberdade e se tornarem mão de obra no trabalho assalariado. Posteriormente o negro livre já não era mais visto dentro dessa perspectiva e sim pela sua substituição física pelos imigrantes, uma vez que passou a se tornar responsável pelo atraso brasileiro. Deste modo a inferioridade dos africanos e/ou afrodescendentes vista por uma perspectiva social, passa a ser incorporada por teorias raciais sendo prestigiadas com o selo de científico, considerando negros e mestiços incapazes de serem civilizados sem que se defrontassem com as virtudes dos trabalhadores brancos e pelo cruzamento inter-racial (AZEVEDO, 1987).

Assim, inicia-se a política do embranquecimento com o intuito de extirpar a negritude brasileira, já que esta simbolizava atraso e todos os malefícios que a herança escravagista resultava, além da preservação da raça que se acreditava superior: branca. Porém surge o mulato (o termo atualmente é considerado pejorativo) que realizou serviços como capitão-do-mato, feitor e atividades de confiança dos senhores, posteriormente foi simbolizado como um símbolo da democracia racial, que buscava esconder o racismo existente no país. Mas o lugar social do mulato é o mesmo da posição que o negro apresenta, sendo ambas vítimas de desprezo, preconceito e discriminação (NASCIMENTO, 1978; AZEVEDO, 1987).

Abdias Nascimento (1978) retrata que a tentativa de desaparecimento do negro brasileiro através do embranquecimento, também possibilitou o embranquecimento cultural, no qual os órgãos do poder como: governo, leis, capital, agentes da segurança pública, sistema educativo, comunicações de massas e produções literárias são instrumentos a serviço das classes dominantes, utilizados com o intuito de desumanização do negro e de contestação deste enquanto criador e condutor da própria cultura. Assim, a cultura africana é simbolizada como um mero

folclore sendo destituída de toda sua importância para estes indivíduos, sofrendo perseguições.

Entretanto, Munanga (1999) afirma que, apesar de todo o racismo presente contra a figura do negro no Brasil, a busca por uma identidade brasileira marcada pela necessidade de um sentimento de patriotismo, decorre no mito da democracia racial, no qual o país é considerado um lugar de convivência harmoniosa entre todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo a negação do racismo existente e impedindo indivíduos não-brancos de compreenderem os mecanismos sutis de exclusão do qual são vítimas.

Tendo isto posto, do período colonial até o período vigente, o racismo vai se modelando conforme o período histórico e político através da ideologia e seus mecanismos socioculturais, resultando em uma opressão que se torna estruturante da sociedade brasileira. Portanto, ao longo dos anos, o negro foi apresentado através do olhar da branquitude como o inferior, mau, feio e como aquilo que deve ser evitado para que, assim, houvesse a superioridade estética e cultural branca. Deste modo, negros que, *a priori*, não possuem essa concepção racial crítica acabam por incorporar tais pensamentos e acreditar que fazem parte desse marcador social, desejando tornar-se brancos, e negros não retintos tendem a não se compreender como negros por se perceberem racialmente mais próximos da branquitude.

## NEGRITUDE NO AMAPÁ

De acordo com Paulo Dias Moraes (2009 apud CUSTÓDIO, 2016) o primeiro registro sobre a presença negra no Estado ocorreu em 1747, quando caçadores de indígenas avistaram um quilombo nas margens do rio Anaueracapucu, que não demorou para ser abandonado, pois os negros eram fugitivos de Belém. Os próximos registros ficaram marcados pela chegada de famílias portuguesas, em 1751, através do governador do Grão Pará e Maranhão, Mendonça Furtado, que trouxe aproximadamente 163 famílias, com africanos escravizados, para habitarem a nova Mazagão com a finalidade de ocupar espaços e impedir a invasão das terras por inimigos. E em seguida, famílias oriundas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Maranhão foram chegando.

A construção da fortaleza de São José também marcou a presença de negros africanos. Segundo Souza Junior (2013) em setembro de 1765 foram transportados da província do Grão-Pará 346 pessoas escravizadas, sendo 177 negros e 169 indígenas para a construção da Fortaleza de São José. No entanto, essas presenças amedrontavam os portugueses e autoridades, pois muitos fugiam e o que se tinha de conhecimento sobre seus paradeiros era que estavam formando quilombos e mocambos. A aproximação de Macapá com a Guiana Francesa também corroborava para a preocupação das autoridades, pois os mesmos temiam que os escravizados negros conseguissem atravessar a fronteira e se aliar aos negros franceses a fim de montar rebeliões, já que em 1 de setembro de 1790, foi notificado as autoridades a invasão de uma propriedade por um grupo de sete negros armados que convenceram dezoito escravos a fugirem com eles.

Souza Junior (2013) também aponta que este não era o único receio das autoridades portuguesas, mas também a perda da mão de obra escrava africana, pois se aproximavam das regiões movimentos abolicionistas, visto que as lutas de negros e indígenas pela liberdade se intensificava. Assim, em 1888, como aponta Pinto e Ferreira (2014) ocorreu a abolição da escravatura, através da Lei áurea, fruto das lutas de escravizados e abolicionistas.

Posteriormente, em 1943, surgiu o decreto-Lei 5.812 de 13 de setembro, que reportava sobre a criação dos cinco territórios federais, que segundo Silva (2017) tinha como finalidade incentivar o desenvolvimento econômico, combater quaisquer sinal de desnacionalização e a proteção contra invasão de fronteiras cobiçadas. No caso do território Amapaense, o principal interessado era a França. Visto que a criação dos territórios federais ocorreu entre 1945 e 1964, período em que eclodiu a segunda guerra mundial, Nova República e ditadura militar.

Logo, os ideais prevalentes eram de patriotismo, nacionalismo e ideais de raças superiores, desta maneira, o escolhido para realizar a nova administração do território Amapaense seguia esse mesmo ideal. Janary Gentil Nunes era militar, sua gestão foi marcada por medidas eugenistas e de tentativas de apagamento da população negra, como aponta Oliveira (2013) sobre a retirada da população negra que habitava a frente da cidade para áreas periféricas, sem nenhuma assistência à população, a fim de tornar a frente da cidade mais atrativa para turistas.

Maciel (2001) também discorre sobre essa retirada, o qual faz uma observação sobre as estratégias de Janary Nunes para que a população não se rebelasse. Tais estratégias partiam da conquista das lideranças desses grupos através da cordialidade e distribuição de cargos trabalhistas assalariados. No entanto, não se pode afirmar que essas estratégias eliminaram todos os tipos de manifestações e rastros de indignações, como as apresentadas nas letras de músicas do Marabaixo.

O Marabaixo, conforme Pessoa e Venera (2016) é uma manifestação cultural que tem o poder de contar a história da territorialidade da cidade de Macapá, bem como preservar a memória de povos oriundos da diáspora africana, através da dança, batuques e contação de histórias. No entanto, Maciel (2001) aponta que a chegada de padres italianos marcou intolerância religiosa para com a manifestação do Marabaixo, no qual atribuíam à "satanismo" e macumba, pois as festas envolviam bebidas e danças. A ligação da igreja com a política também enfraqueceu a cultura local e as festas populares, pois a proibição da entrada de negros na igreja e a recusa de padres em rezarem as missas na ocasião de manifestações populares, fomentou ainda mais a visão preconceituosa das religiões afrodescendentes por autoridades no estado.

Em 1984 com a posse do primeiro prefeito negro da cidade de Macapá, muitos negros conseguiram ocupar cargos importantes, entre eles Paulo José da Silva Ramos, que assumiu o cargo de subprocurador da Câmara dos vereadores, e após sofrer episódios de racismos em uma reunião de procuradores em Florianópolis-SC, começou a repensar sobre as questões raciais no estado do Amapá e as formas de

levantar um movimento negro que valorizasse a presença afro amapaense. Com a ajuda de três amigas, Maria Luiza Almeida da Silva, Maria do Rosário e Maria Araújo da Silva, organizaram seus objetivos e traçaram suas metas a fim de buscar amparo civil, um movimento que estivesse de acordo com a legalidade (MACIEL, 2001).

Desta maneira, constata-se que a população negra no Amapá construiu sua história em cima das tentativas de apagamento do seu próprio povo, como a escravidão, o racismo religioso e institucional, bem como as medidas eugenista no governo de Janary Nunes, tentando sempre se reconstruir através da unificação por meio da formação de Quilombos, comunidades, danças e músicas. Tais fatores podem nos ajudar a compreender as dificuldades da auto identificação do negro Amapaense e sua consciência de si.

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2001), tem como intuito analisar os fenômenos que não podem ser quantificados, como significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A pesquisa constituiu-se a partir do modelo bibliográfico de Gil (2008), no qual a coleta de dados ocorreu por meio de materiais já existentes, como dissertações, monografias e artigos científicos. Utilizando-se do modelo exploratório, que segundo Gil (2008) perpassa pelo campo bibliográfico ou documental a fim de construir novas visões ou modificá-las, acerca de temáticas já existentes. O modelo não costuma utilizar dados quantitativos e possibilita a delimitação de temas genéricos para uma pesquisa sistematizada em seu produto final.

O universo da pesquisa foi artigos científicos publicados nos indexadores Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e monografias e dissertações publicadas nos repositórios das Universidades Federais e Estaduais da Região Norte até o ano de 2020, encontrados a partir das palavras-chave: negros, não retintos, negros retintos, negros no amapá, pardos, subjetividade. A análise do material ocorreu por meio da análise de conteúdo de Moraes (1999), que se estabelece a partir de cinco etapas. A primeira etapa trata-se da Preparação. Nela os materiais para a pesquisa foram analisados através de uma breve leitura para a identificação de sua relação com o objetivo da pesquisa. A amostragem seria produções que estivessem voltados para os objetivos deste estudo, encontradas através das palavras-chave: negros, negros retintos, não retintos, negros no Amapá, pardos e subjetividade. Entretanto nenhuma das produções bibliográficas encontradas estavam de acordo com a proposta da pesquisa, portanto não passaram pelas fases posteriores.

A segunda etapa, denominada de Unitarização, é o processo no qual ocorreria a separação das unidades de pesquisa a partir das palavras-chave delimitadas no estudo. A terceira, chamada de Categorização, reuniria dados semelhantes e agrupados. Esta etapa é realizada de forma criteriosa, para que as categorias formadas sejam válidas e consistentes. A quarta etapa, denomina-se Descrição, nela os

primeiros resultados seriam apresentados, ocorrendo a descrição dos materiais através de textos coesos. A quinta e última etapa, denomina-se Interpretação, nela seriam colocados os resultados finais, a leitura aprofundada dos pesquisadores sobre os materiais e as novas categorias formuladas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como posto na seção anterior, a partir da pesquisa bibliográfica, não foi possível encontrar publicações que versassem sobre a subjetividade do negro não retinto no estado do Amapá. Logo, para as discussões utilizou-se de referenciais teóricos que esmiúçam sobre mestiçagem, atrelando com a definição de subjetividade apresentada por Ana Mercês Bahia Bock, Maria de Lourdes Trassi Teixeira e Odair Furtado.

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (2001), a subjetividade pode ser compreendida como uma síntese singular e individual que o sujeito vai constituindo a partir das suas relações sociais e culturais, ou seja, é o mundo das ideias, significados e emoções do indivíduo, atrelada às experiências sociais e sua constituição biológica. É o modo de ser do sujeito. “É uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2001, pg. 23).

Deste modo deve-se considerar o papel crucial da variável sociocultural nesse processo para compreender como a subjetividade é produzida. Para Bock, Furtado e Teixeira (2001) a subjetividade é fabricada, mas também é automoldável, uma vez que o indivíduo, além de incorporar essas variáveis pode produzir novas formas de subjetividade. Para Giddens e Sutton (2017), a cultura, na sua definição prática, é o modo de vida no qual inclui-se conhecimento, hábitos, regras, leis e crenças de uma determinada sociedade ou grupo social. Entretanto, a reprodução cultural, além de favorecer a continuidade e desenvolvimento da linguagem, valores e normas, possibilita a reprodução das desigualdades sociais.

Segundo Kitayma e Park (2007 apud ZANELLO, 2018), ao longo da história são selecionadas práticas culturais, definidas como *scripts* e significados públicos que orientam como um indivíduo é ou deve ser, atuando nas motivações do mesmo como emoções, bem-estar e saúde. Tendo em vista a discussão racial e o racismo como processo de constituição da subjetividade, pode-se considerar que esses *scripts* são reproduzidos através dos meios de comunicação, indústria cultural e pelo sistema educacional, no qual Almeida (2019) relata que é por meio das novelas que se institui o estereótipo de negra como doméstica e do negro como criminoso e na escola se reforça essas concepções ao invisibilizar a contribuição desse grupo na história, literatura, ciência e demais disciplinas.

O que nos leva a refletir sobre a construção da subjetividade Amapaense, já que nos dados apontados pelo IBGE (2010) 74,4% da população se autodeclara pardo e 4,5% preto(a), mostrando uma pardarização e uma possível

mestiçagem no território. Para Alves (2011), a figura do mestiço surge sob a égide do mito da democracia racial e este por sua vez, atua na subjetivação dos sujeitos. Gates Jr. (2011), afirma que muitos artistas se empenharam em vender a imagem da figura do mestiço como símbolo positivo da nação a fim de apagar a tentativa fracassada de embranquecimento no país. Logo, surgem alternativas para descarregar o peso de se autodeclarar preto, como o termo “moreno” (ALVES, 2011).

Piza e Rosemberg (1999), mencionam que a autodeclaração “morena” para o IBGE em 1974 foi bastante comum, e muitos movimentos negros se levantaram para discutir e montar campanhas a fim de mudar as estatísticas das próximas coletas de censos, como na campanha de 1991 intitulada “Não deixe sua cor passar em branco”.

Maria Luiza em entrevista para Maciel (2016) sobre a construção da União dos Negros do Amapá – UNA, declarou que em uma das reuniões no Palácio do Governador, em 1986, onde debatiam sobre a oficialização do movimento, ouviu um rapaz direcionar o seguinte comentário para seu colega Paulo José “Poxa! Paulo José, me admiro de ti, tu nem és preto, és moreno”. Tal colocação fazia com que os membros do grupo acreditassem ainda mais na importância do movimento para a identificação de negros amapaenses, pois muitos não se reconheciam como negros, ou tinham vergonha de se reconhecer.

Essa vergonha pode ser analisada a partir dos estudos de Bento (2014) onde a mesma salienta sobre a história do branqueamento, que coloca os indivíduos não brancos como “culpados” por sua condição de negro. Culpa essa que foi construída sob a ótica do branco como modelo universal a ser seguido, admirado e invejado. A história do branqueamento também nos ajuda a compreender o apagamento da subjetividade negra, quando esta é retirada de um local legítimo e passa para o “não local”, aquele que não deve existir.

Atualmente, podemos observar que o debate sobre “pardos” e “pretos” têm-se intensificado por movimentos negros, a fim de aproximar um mesmo grupo no qual Ferreira e Camargo (2001) apontam como um povo distanciado pelo eufemismo de denominações como “pardos” e “morenos”, que mais reafirmam a falsa democracia racial, porém ainda há um longo caminho a percorrer. Os povos indígenas, por sua vez, questionam essa caracterização das pessoas pardas exclusivamente no grupo negro, uma vez que tem havido historicamente o genocídio destes povos, incrementado com o não reconhecimento desta identidade parda também como possivelmente indígena.

Importante destacar que se trata de uma discussão relativamente recente no campo da Psicologia, com os primeiros estudos sendo publicados na década de 1950, com as psicanalistas Virgínia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg. Ganha corpo a partir do aumento das produções sobre racismo no Brasil, especialmente após 2010, com os tensionamentos de movimentos negros organizados que

exigem posicionamentos da Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Esta realiza produções mais consistentes e cada vez em maior quantidade, o que vem provocando novas formas de se perceber como se estabelecem as relações raciais no país. O refinamento destas reflexões e das produções acadêmicas daí decorrentes têm gerado a busca, cada vez maior, por profissionais que compreendam as peculiaridades de vida de pessoas negras, em sua diversidade, o que inclui as pessoas pardas. Mas ainda são estudos realizados, quase que em sua totalidade, em outras regiões do país, com sub-representação da região norte – e, inclusive, do Estado do Amapá – nestas produções.

A branquitude<sup>1</sup> para se proteger do que experiência como ataque, amplia suas tecnologias ideológicas para cultivar dúvidas quanto a localização racial de pessoas pardas, fazendo-as se sentirem, por vezes, perdidas, ou em um falso não-lugar racial, ao mesmo tempo em que as violenta de forma sutil. E as pessoas pardas não conseguem perceber, por não terem desenvolvido estratégias cognitivas de compreensão e defesa contra essas violências. Tem-se, então, um movimento continuado de produção de subjetividades fortemente demarcadas pelo lugar social em que as pessoas são alocadas a partir de seu fenótipo.

A Psicologia enquanto prática, ciência e profissão atuou historicamente em cumplicidade com o racismo através de suas produções teóricas, validando estereótipos por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias e também pelo universalismo comportamental como padrão a todos os indivíduos. Atualmente esta realidade tem se mostrado diferente. Entretanto, a Psicologia ainda é conivente com a estrutura racista ao silenciar perante as desigualdades raciais, necessitando de um posicionamento mais atuante e combativo perante essas discriminações (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017). Uma vez que perante o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005):

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Desta maneira, a Psicologia - principalmente no amapá - por meio dos conselhos regionais e coletivos de psicólogos, precisam se responsabilizar e construir ações e práticas interventivas de combate ao racismo e pela promoção da igualdade racial, além de promover nas instituições de ensino superior a instituição de uma disciplina que desvele sobre o racismo e seus impactos e propor rodas de debates, seminários, oficinas e demais eventos que tenham como

---

<sup>1</sup> O termo branquitude a partir de Maria Aparecida Silva Bento, descrito em 2002, é definido como “traços da identidade do branco brasileiro a partir das ideias de branqueamento”.

central esta temática, já que se opor, silenciar e/ou ignorar a existência do racismo não levará ao desaparecimento do mesmo, pelo contrário, possibilitará que as opressões decorrentes dessa violência continuem acometendo corpos e subjetividades, adoecendo pessoas.

## CONCLUSÃO

A ausência de materiais sobre a construção da subjetividade negra amapaense é preocupante, visto que a região é a quarta maior em número de habitantes negros no país. E isto fala bastante da própria Psicologia no Estado, presente, como formação, desde 2005 com a 1ª turma com formação integralmente local. No entanto, não foi difícil fazer uma análise através da construção da territorialidade Amapaense para compreender quais foram as bases desse processo para a população negra aqui habitante, como na gestão de Janary Nunes 1944-1954, marcada por constantes ataques à população negra, desde a retirada de suas habitações do centro da cidade, em um procedimento higienista muito comum na época, até a marginalização de seus costumes e culturas manifestados, por exemplo, através do Marabaixo.

Por meio da análise deste governo, também foi possível identificar como se construiu a divisão de pardos e negros através da distribuição das atividades, como apontado por Santos (1998 apud OLIVEIRA, 2013) em que brancos exerciam atividades de prestígios, mestiços atividade intermediárias e negros em serviços gerais, o que nos leva a refletir sobre a aproximação ilusória do “pardo” ao branco e sua dificuldade de se autodeclarar preto, construindo assim, como apontando nas hipóteses da pesquisas, uma subjetividade a partir do outro, do não branco, mas também do não retinto.

Neste sentido, é importante falar sobre a atuação da Psicologia na região. Como os profissionais têm buscado trabalhar essas questões já que a subjetividade é considerada o principal objeto de estudo da psicologia? Como tem ocorrido a formação destes e dos futuros profissionais tendo em vista que o curso de psicologia no Amapá é ofertado apenas na rede privada de ensino e com foco na atuação clínica? E quais são as bibliografias utilizadas nas ementas curriculares? Já que existem produções de psicólogos e psicanalistas negros que abordam temáticas raciais como Neusa Santos Souza, Isildinha Nogueira da Silva, Grada Kilomba entre outros, mas que raramente ou nunca são mencionados devido ao epistemicídio científico.

Portanto, conclui-se que, apesar das questões raciais serem debatidas no campo das ciências humanas, a Psicologia, especificamente a amapaense, ainda apresenta uma grande lacuna a respeito de estudos e práticas que visem a desconstrução do racismo e a promoção da igualdade. Dito isto, cabe salientar a importância do Núcleo de Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) - ANPSINEP e Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, a fim de analisar a realidade e as especificidades regionais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019
- ALVES, J. C. Aspectos sobre as desigualdades Sócio-raciais no Brasil e no Amapá. **Estação científica (UNIFAP)**. Macapá, v I, n I, p 57-73, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/download/181/v1n1e2%80%a6>
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1987.
- BENTO, M. A. S. **Branquitude e Branqueamento no Brasil**. In: IRAY, Carone (Org). **Psicologia Social do Racismo**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. 3. Tiragem, [s.i]: Editora Saraiva: 2001
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.
- Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017.
- CUSTÓDIO, E.S. A presença negra no Amapá: discurso, tensões e racismo. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 65-79, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/identidade>>. Acesso em: 15 jul. 2020
- FERREIRA, R. F; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 2, pág. 374-389, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000200013&lng=en&nr=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200013&lng=en&nr=iso)>. acesso em 12 de agosto de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>.
- GIDDENS, A; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da sociologia**. Tradução: Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- JESUS, L. G; COSTA, M. R. Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros. **SER Social**, Brasília, 19, n. 41, p. 314-335, jul./dez. 2017. Disponível em: <[https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v19i41.14942](https://doi.org/10.26512/ser_social.v19i41.14942)>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- MACIEL, A. S. **"Conversa amarra preto": a trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000**. Orientadora: Celia Maria Marinho de Azevedo. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281780>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v.22, n.37, p. 7-32, 1999.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional vs identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2019

NASCIMENTO, A. **Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, E. A. Vestígios da história do Amapá: populações marginalizadas no período Janary Nunes (1944-1954). *In*: IX Semana de História da Unifap, 2013, Macapá. **Anais**. Amapá: UNIFAP, 2013. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/historia/files/2014/02/ERANILDAABREU.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PESSOA, M. N; VENOSA, R. A. Manifestações afro-brasileiras no amapá: a arte do marabaixo no tempo presente. **Cria Educação**, [s.l], n. 2, 2016. Edição especial. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18616/ce.v0i0.2853>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PINTO, M. C. C; FERREIRA, R. F. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 9, n. 2, p. 257-266, dez. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082014000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 13 ago. 2021.

PIZZA, E; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, n.40, p. 122-137, dez./fev. 1998-1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i40p122-137>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

REIS, J. J. Resistência escrava na Bahia "poderemos brincar, folgar e cantar.. .": o protesto escravo na américa. **Afro-Ásia**, n. 14, p. 107-123, 1983. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20823>>. Acesso em: 12 ago. 2021

SOUZA JUNIOR, J. A. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 173-211, Dec. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0002-05912013000200005>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SILVA, M. L. **"O território imaginado"**: Amapá, de território à autonomia política (1943- 1988). Orientadora: Albene Miriam Menezes Klemi. 2017. 379 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23698>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, Gêneros e Dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

---

**Submissão:** 08/04/2022

**Aprovado para publicação:** 16/11/2022